CNseg amplia Ferramenta de Riscos Climáticos com análise de deslizamentos e raios

Ferramenta segue em expansão e terá quatro novas soluções até dezembro

A Ferramenta de Riscos Climáticos da CNseg acaba de ampliar sua capacidade de análise e agora permite que qualquer cidadão consulte, gratuitamente, o risco de deslizamentos e de queda de raios em seu endereço. Disponível por CEP, a plataforma já oferecia avaliações de vulnerabilidade a inundações. Até o fim do ano, a plataforma receberá outras quatro soluções, reforçando seu papel como instrumento de prevenção e adaptação às mudanças climáticas.

Lançada durante a COP30, em novembro de 2025, a expansão das funcionalidades da ferramenta faz parte da evolução contínua do Hub de Inteligência Climática da CNseg, que prevê – ainda este ano – a adição de outras quatro soluções para novos fenômenos, como vendavais, granizo, secas e geadas.

A Ferramenta de Riscos Climáticos integra dados territoriais, históricos, geológicos e climáticos para gerar um indicador consolidado de risco. A partir da consulta de um endereço, coordenada geográfica ou área de interesse, a ferramenta permite obter, de forma instantânea, a classificação de risco do local analisado, expressa em uma **escala quantitativa de 0 a 1** e traduzida em **cinco níveis qualitativos**, que variam de **Muito Baixo a Muito Alto**.

A metodologia da solução utiliza identificação e análise de áreas suscetíveis a riscos climáticos (inundações/alagamentos, movimentos de massa/deslizamentos e raios) a partir da integração de dados climáticos, hidrológicos, geoespaciais e registros históricos e observacionais de ocorrências. A análise permite avaliar o nível de suscetibilidade das áreas consultadas e identificar locais com maior potencial de ocorrência desses eventos, auxiliando na avaliação e no monitoramento de riscos climáticos.

Instrumento de utilidade pública e planejamento urbanístico

Desenvolvida como ferramenta para suporte estratégico na subscrição de risco pelo mercado segurador, a plataforma também tem relevante funcionalidade para a sociedade em geral e gestores públicos. Ao fornecer diagnósticos regionalizados sobre a exposição ambiental de bairros e vias públicas, a Ferramenta de Riscos Climáticos auxilia o cidadão na compreensão dos riscos onde sua moradia está localizada, assim como a buscar a melhor proteção. Da mesma forma, governadores e prefeitos podem apoiar suas decisões de planejamento urbano, mitigação de danos à infraestrutura a partir dos dados ali apresentados.

"A expansão constante da Solução de Riscos Climáticos reforça nosso compromisso de transformar a inteligência de dados do setor de seguros em benefício de toda a sociedade. A inclusão contínua de novos riscos amplia a capacidade do país de agir de forma preditiva e preventiva diante dos desafios climáticos", afirmou a diretora de sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates.

Como consultar

A plataforma é de livre acesso e pode ser consultada gratuitamente por cidadãos, gestores públicos e profissionais do setor produtivo. Para navegar pela ferramenta e realizar análises por CEP, acesse a página oficial da CNseg em **cnseg.org.br/conteudos/risco-climatico**.

Novas funcionalidades

Com as novas inclusões, os interessados poderão avaliar o grau de risco de suas moradias, ou mesmo de empresas, com relação a movimentos de massa — como deslizamentos de terra, corridas de massa e quedas de blocos — e descargas elétricas – raios.

Os deslizamentos ocorrem quando grandes volumes de solo, rocha e outros materiais se deslocam sob a ação da gravidade. Esses eventos podem ser favorecidos pela combinação entre as características do terreno e condições climáticas adversas, como chuvas intensas e a saturação do solo. A análise do risco combina informações históricas sobre movimentos de massa, dados de suscetibilidade e de risco geológico. Dessa forma, considera a interação entre as características do terreno e as suscetibilidades hidrometeorológicas que podem contribuir para a ocorrência desses eventos.

Já os raios são descargas elétricas de grande intensidade que ocorrem entre as nuvens de tempestade e o solo, devido ao acúmulo e à separação de cargas elétricas na atmosfera. Esses fenômenos podem provocar incêndios, danos a edificações, equipamentos e redes elétricas, além de interrupções no fornecimento de energia e riscos à vida e à segurança de pessoas e animais. Seus efeitos também podem ocorrer mesmo sem um impacto direto, por meio da corrente elétrica e indução magnética que se espalham pelo solo, por cercas e pelas instalações elétricas. A análise do risco de raios combina informações históricas e dados de monitoramento por satélite e redes de detecção, considerando a queda das descargas elétricas, sua distribuição geográfica e a atividade das tempestades ao longo do tempo. Essas informações são integradas a modelos de análise espacial para identificar as regiões com maior concentração de atividade elétrica e avaliar o nível de risco associado à ocorrência de raios em cada local, contribuindo para a prevenção de danos e o planejamento de medidas de segurança.

Boletim Notícias do Seguro T3#23: Seguro Rural ganha novo marco legal

Novo marco legal do Seguro Rural, riscos no transporte ferroviário e cuidados com o Seguro Viagem são os destaques desta edição.

? Seguro Rural ganha novo marco legal e mais previsibilidade orçamentária. Nesta edição do Boletim Notícias do Seguro, entenda o que muda para o seguro rural no Brasil e como o novo marco pode contribuir para ampliar a proteção dos produtores diante dos riscos da atividade agrícola.

? O descarrilamento de um trem de cargas expõe os riscos do transporte ferroviário de cargas e reforça a importância do seguro para proteger cargas, empresas e operações logísticas.

?? Um filme sobre amizade abre espaço para falar de Seguro Viagem. Entenda quais proteções podem fazer diferença em uma viagem internacional e os cuidados que merecem atenção antes do embarque.

? Dê o play para acompanhar as principais notícias, mudanças regulatórias e assuntos que movimentam o mercado de seguros.

YouTube – Spotify

Fraudes em seguros crescem em valor e sofisticação com avanço da inteligência artificial

As fraudes em seguros estão se tornando mais caras, sofisticadas e difíceis de detectar. No Reino Unido, as seguradoras identificaram 1,34 bilhão de libras em reivindicações fraudulentas em 2025, alta anual de 14%

O setor de seguros está entre segmentos que entraram de vez no radar do crime organizado global. O mercado londrino está entre os exemplos dos que sofrem assédio das quadrilhas, marcado por operações mais sofisticadas, transnacionais e tecnologicamente avançadas, no entender do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Em seu encontro anual de 2026, o ONODC assinalou que os criminosos conseguem atuar em múltiplas jurisdições em questão de segundos, frequentemente em velocidade superior à

capacidade de resposta das autoridades. Acrescenta que, entre os modelos mais preocupantes, estão as chamadas "fábricas de golpes", estruturas criminosas em larga escala que, em alguns casos, utilizam vítimas de tráfico humano como mão de obra para aplicar fraudes em massa. Ao lado disso, destaca-se o uso crescente da inteligência artificial pelos fraudadores. A tecnologia vem sendo utilizada para planejar campanhas mais eficazes, automatizar ataques e aumentar a capacidade de atingir milhões de pessoas em curto espaço de tempo, incluindo o mercado segurador.

"Fraude de seguros não é um crime sem vítimas", diz especialista britânico

Especialistas concordam que as seguradoras se deparam com o aumento dos riscos cibernéticos e de fraude digital; procuram soluções de prevenção, monitoramento e inteligência antifraude; e convivem com exposição a golpes envolvendo identidade digital, sinistros fraudulentos e manipulação por IA. Também buscam cooperação mais estreita com bancos, plataformas tecnológicas e órgãos de segurança, e, por fim, são pressionadas a ampliar produtos e coberturas voltados a riscos emergentes associados a criminalidade digital. Resultado: as fraudes geram prejuízos anuais de bilhões de dólares para indivíduos, empresas, governos e instituições financeiras, incluindo-se aí seguradoras.

Seguradoras britânicas computam mais de 250 pedidos irregulares por dia

O executivo Mark Allen, chefe da Divisão de Fraudes e Crimes Financeiros da ABI (Associação de Seguradoras Britânicas) afirma que “a fraude de seguros não é um crime sem vítimas, e aqueles que a cometem aumentam o custo dos prêmios para os clientes honestos”. Segundo ele, as seguradoras britânicas detectam, em média, mais de 250 pedidos de indenizações irregulares. Apesar do número elevado, ele reconhece que as negativas provavelmente representam apenas a ponta do iceberg, apontando a crescente colaboração entre as forças policiais e o setor privado para aumentar a detecção de fraudes em seguros e levar os infratores à Justiça.

Dados recentes da ABI revelam que as seguradoras detectaram 1,34 bilhão de libras em reivindicações fraudulentas em 2025, o que representou um aumento de 14% em relação aos 1,18 bilhão detectados no ano imediatamente anterior. Embora o número de reclamações fraudulentas detectadas tenha caído ligeiramente (foram 93.900 casos – redução de 2,7% em relação a 2024), a ABI afirma o valor da atividade fraudulenta continuou a aumentar acentuadamente, ilustrando sua crescente escala e sofisticação. Tanto que o valor médio de uma reclamação fraudulenta atingiu 14, 3 mil libras esterlinas– o segundo nível mais alto já registrado, ficando logo abaixo do pico de 14, 6 mil registrados em 2022.

O relatório constata que o seguro automóvel continuou sendo a área onde as seguradoras identificaram o maior nível de fraude em sinistros, representando 55% de todos os casos detectados. Com 51.900 sinistros fraudulentos de automóveis, totalizando 625 milhões de libras esterlinas descobertos durante o ano, os números apontam para menos casos, porém mais dispendiosos, refletindo uma tendência para fraudes de maior gravidade.

O seguro de imóveis apresentou um padrão semelhante em relação ao ano de 2024. O número de sinistros fraudulentos detectados em 2025 caiu 6,2%, para 17,7 mil, enquanto o valor total aumentou 3,4%, para 201 milhões de libras – elevando o valor médio a um recorde de 11,4 mil libras.

Já o setor de viagens registrou aumento mais acentuado em volume. Os casos detectados subiram 85%, para 4.500, enquanto o valor aumentou 16%, para 8,6 milhões. Ao analisar os tipos de fraude que os golpistas tentam cometer, a perda exagerada continua sendo a mais comum, com 26.900 casos identificados. Isso ocorre quando alguém tenta deliberadamente aumentar o custo de uma indenização além do seu valor real.

A fraude por simulação de incidentes e perdas foi a que apresentou o maior aumento, com um crescimento de 30%, chegando a cerca de 5.600 casos. Esses golpes envolvem fraudadores que

criam ou simulam incidentes, perdas ou circunstâncias deliberadamente para obter indenização.

Em 2024, as seguradoras impediram fraudes em pedidos de seguro no valor de 1,8 bilhão de libras. A fraude em pedidos de seguro ocorre quando informações são deliberadamente deturpadas ou omitidas para obter cobertura de seguro ou reduzir os prêmios. O número total de casos de fraude em pedidos de seguro detectados aumentou significativamente, com um crescimento de 24% em relação ao ano anterior.

Embora a taxa de fraudes em seguros detectadas tenha caído ligeiramente no ano passado, os dados mostram que os fraudadores estão visando indenizações muito maiores. À medida que tecnologias emergentes, como a IA, se tornam mais acessíveis, os fraudadores continuarão buscando novas maneiras de explorá-las.

Diretor do Departamento de Fraudes de Seguros (IFB), Úrsula Jallow, descreveu três dos casos de fraudes identificados. Um, no ramo Residencial, um fraudador apresentou diversas reivindicações falsas por supostos conjuntos de Lego roubados. Foi descoberto e condenado a 28 meses de prisão após uma investigação revelar que as reivindicações eram falsas. Em outro, um golpista orquestrou colisões de trânsito simuladas usando mulheres que conheceu online. A ideia era obter seguidas indenizações por acidentes de trânsito. A fraude foi também descoberta, e o golpista preso. Investigadores descobriram um esquema de fraude de seguro de viagem de 300.000 libras esterlinas, envolvendo múltiplas identidades falsas, documentos médicos falsificados e sites utilizados para sustentar pedidos fraudulentos de emergência médica.

Chefe do Departamento de Combate à Fraude em Seguros (IFED) da Polícia da Cidade de Londres, o inspetor-chefe Simon Klust, constata que os mais recentes da ABI mostram que o impacto econômico da fraude em seguros está crescendo à medida que os fraudadores continuam a aprimorar suas táticas e a explorar novas oportunidades. “A fraude em seguros é devastadora. Ela prejudica os consumidores honestos em momentos já difíceis. Por meio da nossa estratégia IFB Connected to Protect, estamos aproveitando todas as oportunidades para colaborar com nossos membros e parceiros dos setores público e privado para proteger mais pessoas. Ao utilizar tecnologia e inovação, fortalecer a detecção e o combate a fraudes e aumentar a conscientização pública sobre os sinais de golpes, estamos unidos para combater a fraude em todos os níveis”, concluiu.

O mercado britânico de seguros é o maior da Europa e o terceiro maior do mundo. O setor é altamente sofisticado e movimenta centenas de bilhões de dólares anualmente. Grande parte da força desse mercado vem da City de Londres, que funciona como o principal centro financeiro global para seguros corporativos complexos e resseguro. O pilar central desse ecossistema é o mercado do Lloyd´s de Londres, um mercado onde vários sindicatos se reúnem para subscrever grandes riscos globais.

Mudanças climáticas podem aumentar o risco de afundamento do solo?

Em determinados terrenos, a perda de umidade pode provocar retração e favorecer deslocamentos

O aquecimento pode aumentar a evaporação e reduzir a umidade do solo. Secas prolongadas também podem levar a uma maior retirada de água subterrânea. Em terrenos argilosos ou aquíferos com sedimentos compressíveis, essas mudanças podem favorecer retração, compactação e subsidência. O resultado depende das características locais.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) aponta que o aumento da demanda de água pela atmosfera pode intensificar a evapotranspiração e reduzir a umidade do solo. As projeções, porém, variam entre regiões: não permitem concluir que todas as áreas ficarão mais secas ou sujeitas a afundamentos.

Como a perda de umidade pode movimentar o terreno

O “afundamento do solo” pode descrever fenômenos diferentes. A subsidência é o rebaixamento gradual da superfície; um colapso pode ocorrer de forma mais rápida. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) associa subsidência e colapsos ao colapso de cavidades, à redução da porosidade do solo ou à deformação de materiais argilosos.

Em solos argilosos expansivos, a quantidade de água influencia o volume do terreno. Na seca, alguns desses materiais se contraem; quando voltam a receber água, podem se expandir. A alternância pode provocar movimentação localizada e desigual, com efeitos sobre fundações e estruturas. A Embrapa descreve solos expansivos no Brasil que apresentam contração e expansão e podem formar fendas no período seco. Isso ajuda a explicar movimentos locais, mas não basta para diagnosticar uma subsidência ampla.

Outro caminho passa pela água subterrânea. Durante uma seca, a menor recarga dos aquíferos pode coincidir com maior bombeamento para abastecimento ou irrigação. Em formações geológicas compressíveis, a queda da pressão da água nos poros pode favorecer a compactação de camadas do subsolo e o rebaixamento gradual da superfície. Um estudo publicado na revista *Science* e catalogado pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) aponta que a escassez hídrica pode agravar a depleção de águas subterrâneas e, assim, provavelmente elevar a ocorrência e os danos da subsidência em áreas suscetíveis.

O clima é um dos fatores possíveis

Nem todo afundamento decorre do clima. O USGS lista, entre as causas de subsidência, a retirada de água subterrânea, a drenagem de solos orgânicos, a mineração subterrânea, a compactação natural e o colapso de cavidades. A dissolução de rochas solúveis, como calcário e gesso, também pode contribuir para a formação de cavidades e colapsos.

A geologia, a composição do solo, a quantidade de água retirada e as alterações feitas no terreno interferem no resultado. A seca pode atuar como fator agravante em algumas áreas; em outras, a causa principal pode estar ligada a processos geológicos ou a atividades humanas sem relação direta com a mudança do clima.

Por que identificar a causa importa

Rachaduras em paredes ou alterações no terreno, sozinhas, não identificam o mecanismo responsável. A avaliação pode exigir investigação geológica e geotécnica, análise do uso de água e acompanhamento da movimentação ao longo do tempo. O diagnóstico orienta decisões sobre obras, ocupação e medidas de prevenção.

Para o setor segurador, compreender a causa e a extensão do dano é relevante na análise de riscos e de eventuais reclamações. A resposta de uma apólice depende das condições contratadas e da avaliação técnica de cada situação; o termo “afundamento” não determina, por si só, se haverá cobertura.

Perguntas frequentes

O calor pode fazer o solo afundar?

O calor pode elevar a evaporação e reduzir a umidade do terreno. Em solos suscetíveis, especialmente alguns tipos de argila, a perda de água pode causar retração e movimentação localizada. O calor, isoladamente, não permite concluir que haverá subsidência em uma área.

A seca pode aumentar o risco de subsidência?

Pode, em áreas vulneráveis. Além de reduzir a umidade do solo, a seca pode diminuir a recarga de

aquíferos e aumentar a demanda por bombeamento de água subterrânea. A compactação de camadas compressíveis pode então contribuir para o rebaixamento da superfície.

Todo afundamento do solo está ligado às mudanças climáticas?

Não. Subsidência e colapsos também podem decorrer de fatores geológicos, da retirada de água subterrânea, da mineração, da drenagem de solos orgânicos e de outras intervenções humanas. A identificação da causa depende de análise local.

Setor segurador paga R$ 150,3 bilhões em indenizações, benefícios, resgates e sorteios até julho

Somente em julho, pagamentos somaram R$ 23,6 bilhões, alta de 3,8%

Dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostram que o setor segurador brasileiro, sem considerar Saúde Suplementar, destinou R$ 150,3 bilhões ao pagamento de indenizações, benefícios, resgates e sorteios nos sete primeiros meses de 2026. O volume é 2,7% inferior ao registrado no mesmo período de 2025, mas supera em 9,4% todo o orçamento de R$ 137,4 bilhões previsto para a cidade de São Paulo neste ano. Somente em julho, os pagamentos alcançaram R$ 23,6 bilhões, crescimento de 3,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

A Previdência Aberta concentrou a maior parcela dos recursos pagos entre janeiro e julho, com R$ 84,1 bilhões em benefícios e resgates. Na sequência aparecem os seguros de Danos e Responsabilidades, que devolveram R$ 36,1 bilhões aos segurados no período. Nesse grupo, o seguro Automóvel respondeu por mais de R$ 22 bilhões em indenizações, crescimento de 8,8% na comparação com os sete primeiros meses de 2025. Os seguros Patrimoniais Massificados pagaram R$ 2,3 bilhões, alta de 11,3%, enquanto o Habitacional registrou R$ 1,3 bilhão em indenizações, avanço de 18,3%.

Os Seguros de Pessoas também apresentaram aumento dos pagamentos. Foram R$ 10,5 bilhões entre janeiro e julho, 5,4% acima do registrado no mesmo intervalo do ano passado. O seguro de Vida respondeu por R$ 5,3 bilhões desse total, com crescimento de 3,9%. Já os títulos de Capitalização retornaram R$ 16,5 bilhões aos clientes em resgates e sorteios, avanço de 4,6%.

Arrecadação supera R$ 245 bilhões

Nos sete primeiros meses de 2026, o setor segurador, excluída a Saúde Suplementar, movimentou mais de R$ 245 bilhões em prêmios de seguros, contribuições para a Previdência Privada e faturamento com títulos de Capitalização. O resultado representa recuo de 1% em relação ao mesmo período de 2025, com comportamentos distintos entre os segmentos.

Os seguros de Danos e Responsabilidades arrecadaram R$ 86 bilhões, crescimento de 4,5%. O seguro Automóvel alcançou R$ 36,7 bilhões em prêmios, avanço de 6,2%, enquanto o Garantia chegou a R$ 4,2 bilhões, alta de 17,4%.

Também se destacaram os seguros de Crédito, com arrecadação de R$ 1,6 bilhão e crescimento de 26,1%, e o Fiança Locatícia, que movimentou quase R$ 1,5 bilhão, 29% acima do registrado nos sete primeiros meses de 2025.

Os Seguros de Pessoas, por sua vez, alcançaram R$ 48,5 bilhões, com expansão de 9,1%. O seguro Prestamista respondeu por R$ 14,4 bilhões desse volume, resultado 17,4% superior ao observado entre janeiro e julho do ano passado.

O resultado agregado foi pressionado principalmente pela Previdência Aberta. As contribuições somaram R$ 90,4 bilhões, retração de 8,8%. O segmento ainda sente os efeitos das mudanças

tributárias promovidas em 2025, com a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre determinados aportes em produtos da família Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Fiança Locatícia cresce 29%

Entre os destaques do período está o seguro Fiança Locatícia. A arrecadação de quase R$ 1,5 bilhão entre janeiro e julho representa crescimento de 29% na comparação anual. Somente em julho, foram R$ 216,6 milhões em prêmios, alta de 18,8%.

O avanço ocorre em um cenário de aquecimento do mercado de locações. De acordo com o Índice FipeZAP, os preços dos aluguéis residenciais avançaram 9,2% nos 12 meses encerrados em julho de 2026. O crescimento da arrecadação do seguro, portanto, ficou acima da variação dos preços dos aluguéis no período.

O movimento também aparece no volume de indenizações. O Fiança Locatícia pagou quase R$ 450 milhões nos sete primeiros meses do ano, crescimento de 33,1% em relação ao mesmo período de 2025. Em julho, foram R$ 68,9 milhões, alta de 45,8% na comparação anual.

O seguro funciona como alternativa às garantias tradicionalmente utilizadas nos contratos de locação. Sua cobertura básica garante ao proprietário indenização em caso de inadimplência do aluguel e pode incluir outras obrigações previstas em contrato, como condomínio, IPTU, contas de consumo, danos ao imóvel e multas por rescisão.

Os resultados até julho mostram, assim, um mercado com desempenhos distintos entre seus segmentos, mas com manutenção de um elevado volume de recursos destinados aos consumidores e crescimento da demanda por diferentes modalidades de proteção.

Dia das Crianças deve movimentar R$ 9,27 bilhões no varejo; Garantia Estendida cresce 8,3%

Com presentes cada vez mais tecnológicos e de maior valor, seguro amplia a proteção de eletrônicos após o fim da garantia do fabricante

O Dia das Crianças deve movimentar R$ 9,27 bilhões no varejo brasileiro em 2026, crescimento de 1,8% em relação ao ano passado, segundo projeção divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em um mercado no qual celulares, tablets, videogames e outros eletrônicos disputam espaço na lista de presentes, também cresce a procura por proteção para esses bens: no primeiro semestre deste ano, o Seguro Garantia Estendida arrecadou R$ 2,2 bilhões, avanço de 8,3% sobre igual período de 2025, de acordo com levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

A importância de proteger esses produtos ganha ainda mais relevância diante de seu peso no orçamento das famílias. A CNC estima que os preços dos bens e serviços associados ao Dia das Crianças estejam, em média, 6,7% mais altos que em 2025. Entre os itens com maior aumento estão justamente os videogames, com alta de 11,2%.

“Quando uma família investe em um celular, tablet ou videogame para presentear uma criança, está adquirindo um bem que muitas vezes tem valor significativo no orçamento doméstico. A garantia estendida permite prolongar a proteção desse investimento depois que termina a garantia original do fabricante, trazendo mais tranquilidade para o consumidor”, afirma Sidemar Spricigo, presidente da Comissão de Seguros Gerais Afinidades da FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais).

Proteção que acompanha o presente por mais tempo

O Seguro Garantia Estendida tem justamente a função de ampliar, por um período adicional, a

garantia original de produtos como eletrodomésticos e eletrônicos. Conforme as condições contratadas, o consumidor pode contar com assistência técnica especializada, reparo do bem e, em situações previstas na apólice, sua substituição.

Os números mostram que o produto mantém trajetória de crescimento. Além dos R$ 2,2 bilhões arrecadados no primeiro semestre de 2026 (+8,3%), foram pagos R$ 215 milhões em indenizações, alta de 0,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em 2025, o Seguro Garantia Estendida havia encerrado o ano com R$ 4,2 bilhões em arrecadação, crescimento de 8,4%, e R$ 403,3 milhões em indenizações pagas.

“É importante entender que a garantia estendida não substitui a garantia do fabricante. Ela passa a valer depois que a garantia original termina. Na prática, o consumidor amplia o período em que poderá contar com proteção para aquele produto, de acordo com as condições previstas no contrato”, explica Spricigo.

A FenSeg recomenda que o consumidor conheça as condições do seguro no momento da contratação, verificando o prazo de vigência, as coberturas, eventuais exclusões e os procedimentos necessários para solicitar atendimento.

Antes de contratar, tire suas dúvidas

O que a Garantia Estendida cobre? Quando ela começa a valer? O que observar antes da contratação e como acionar o seguro? A FenSeg reúne essas e outras orientações no Guia do Seguro Garantia Estendida, disponível gratuitamente em seu site. Acesse: https://fenseg.org.br/publicacoes/garantia-estendida-vantagens-e-beneficios

---

Fragmentação financeira ameaça eficiência da transferência global de riscos

Restrições à circulação de capital, divergências regulatórias e maior regionalização dos mercados podem encarecer o resseguro e elevar a retenção de riscos pelas seguradoras brasileiras

A crescente fragmentação do sistema financeiro internacional pode produzir efeitos que vão além dos mercados de capitais e alcançar uma atividade cuja lógica econômica depende justamente da circulação global de riscos: o resseguro. A redução da mobilidade de capital, o aumento de barreiras regulatórias e a regionalização dos fluxos financeiros podem limitar a capacidade de diversificação das carteiras, elevar o custo da proteção e exigir mudanças na arquitetura dos programas de resseguro no País, reconhece Rafaela Barreda, presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber**)**, ao avaliar um relatório publicado pela *Geneva Association* sobre as implicações das tensões geopolíticas no fluxo global de capitais e nos mercados de seguros/resseguros.

Rafaela Barreda afirma que o caráter internacional do resseguro é fundamental para ampliar a capacidade de subscrição das seguradoras e tornar mais eficiente o uso do capital. O contrário cria obstáculos para o Brasil, cuja economia apresenta exposições diversificadas e demanda crescente por cobertura para grandes projetos de infraestrutura, energia, agronegócio, riscos climáticos e novas tecnologias. “O resseguro existe justamente para dispersar riscos além das fronteiras nacionais. Para uma economia como a brasileira, com grande diversidade de exposições, o acesso a mercados internacionais amplia a capacidade de subscrição e torna o uso de capital mais eficiente. O problema é que a fragmentação financeira pode dificultar essa lógica. Restrições a fluxos transfronteiriços, exigências prudenciais diferentes entre jurisdições, sanções e mecanismos de segregação de capital (*ring-fencing*) podem tornar mais difícil a transferência internacional dos riscos”, diz ela.

Na avaliação de Rafaela, se esse movimento se aprofundar, os programas de resseguro poderão se tornar mais regionalizados e potencialmente mais caros. As seguradoras poderão ser levadas a elevar suas retenções, diversificar ainda mais as contrapartes e recorrer a estruturas locais ou alternativas para preservar o acesso à capacidade internacional. “Isso não elimina a atuação global dos resseguradores, mas reduz parte do benefício econômico da diversificação geográfica. Riscos que hoje podem ser distribuídos entre diferentes regiões ou grupos de países podem ficar mais concentrados em determinados mercados”, explica.

Uma arquitetura mais regionalizada

A eventual mudança não significa necessariamente o desaparecimento das operações internacionais. O efeito mais provável seria uma transformação gradual da forma como os riscos são distribuídos.

Programas que atualmente combinam capacidade de diferentes mercados poderiam passar a incorporar maior número de camadas locais, estruturas de *fronting*, resseguro facultativo e veículos constituídos em determinadas jurisdições. A diversificação de contrapartes também ganharia importância, não apenas em função da capacidade financeira, mas da jurisdição, liquidez, moeda e possibilidade de movimentação de recursos.

Para o Brasil, preservar um ambiente regulatório previsível, aberto e alinhado aos padrões internacionais é particularmente relevante. O mercado conta atualmente, segundo dados citados pela Fenaber, com 15 resseguradoras locais, 25 admitidas e 92 eventuais, formando uma base diversificada de provedores de capacidade.

Essa pluralidade funciona como uma proteção contra a concentração excessiva, mas não elimina os efeitos de uma eventual redução da capacidade internacional. Quanto maior a dificuldade de movimentar capital entre países, menor tende a ser a eficiência econômica proporcionada pela diversificação global.

Grandes riscos sentiriam primeiro

Os efeitos de uma eventual regionalização não seriam uniformes entre os diferentes segmentos do mercado segurador. Os primeiros impactos tendem a aparecer nos negócios que exigem grandes volumes de capital, elevada capacidade técnica e diversificação geográfica, conta ela.

Entre eles estão riscos de engenharia, infraestrutura e energia, caracterizados por valores elevados, obras de longa duração e possibilidade de perdas severas. Também entram nessa categoria o seguro garantia, especialmente em grandes projetos públicos e privados; o seguro rural e os riscos climáticos, sujeitos a eventos capazes de atingir simultaneamente extensas áreas; e o patrimonial de grandes riscos, que envolve instalações industriais, portos, aeroportos, centros logísticos e data centers.

Responsabilidade civil e linhas financeiras também podem sofrer impactos relevantes, principalmente nos riscos de cauda longa, em que a incerteza sobre a frequência e a severidade dos sinistros exige capital e modelagem sofisticados.

A mesma preocupação se aplica às catástrofes naturais e aos riscos emergentes, como ataques cibernéticos, interrupção de negócios, transição climática e eventos sistêmicos.

Nesses segmentos, a menor disponibilidade de capacidade internacional pode aparecer de diferentes formas: preços mais elevados, franquias maiores, redução de limites, exclusões mais restritivas e aumento da parcela de risco retida pelas seguradoras.

“Riscos de alta severidade, pouca frequência e grande concentração exigem mais capital e dependem de forma mais direta de resseguro especializado”, observa Rafaela.

Já linhas de varejo, caracterizadas por maior pulverização e menor severidade individual, tendem a apresentar maior capacidade de adaptação a uma eventual mudança no ambiente internacional.

Fragmentação afeta diversificação de riscos

A fragmentação financeira também produz um paradoxo para o resseguro. Ao mesmo tempo em que torna mais importante diversificar as fontes de capacidade, pode dificultar justamente a diversificação internacional.

Para Rafaela, a resposta passa por uma gestão mais sofisticada dos acúmulos e por uma avaliação mais ampla das contrapartes.

“Em um contexto no qual fronteiras geopolíticas passam a influenciar pagamentos, alocação de capital, instrumentos financeiros e transferência de riscos, diversificar não é apenas operar em mais países: é evitar dependência excessiva de uma única jurisdição, moeda, estrutura de liquidação, ressegurador ou fonte de capital.”

Isso significa ampliar a base de resseguradores e retrocessionários, avaliar continuamente sua capacidade financeira e operacional e estruturar programas com diferentes mercados e camadas de proteção.

A gestão dos chamados riscos de acúmulo também ganha importância. Um mesmo evento climático, cibernético ou geopolítico pode atingir simultaneamente diversos segurados. Se esses riscos estiverem concentrados em uma mesma região ou cadeia produtiva, a diversificação tradicional perde parte de sua eficácia. Modelos de acumulação mais sofisticados, portanto, tornam-se fundamentais para identificar exposições correlacionadas e antecipar cenários de perdas simultâneas.

Do risco climático ao cibernético

A fragmentação financeira ocorre ainda em um momento de transformação do perfil dos riscos segurados. Mudanças climáticas, digitalização da economia, interrupções de cadeias produtivas e tensões geopolíticas criam exposições que frequentemente ultrapassam fronteiras nacionais.

Em riscos climáticos, por exemplo, um mesmo fenômeno pode atingir diferentes regiões e segmentos econômicos simultaneamente. No ambiente cibernético, a própria natureza dos ataques ignora fronteiras. Já uma interrupção de cadeias globais de suprimentos pode produzir perdas em mercados distantes do local onde ocorreu o evento original.

Nesse ambiente, limitar a diversificação geográfica pode significar aumentar a concentração de riscos justamente quando sua correlação se torna mais difícil de prever.

Por isso, Rafaela defende o aperfeiçoamento dos modelos de acumulação e o desenvolvimento de mecanismos complementares de transferência de risco, incluindo soluções paramétricas quando forem economicamente adequadas a determinadas exposições.

Também ganha importância o planejamento prévio de cláusulas operacionais, garantias, moedas de pagamento e procedimentos para regulação de sinistros em cenários nos quais possam existir restrições à circulação de recursos.

Impactos nos preços e na retenção de riscos

Para o mercado brasileiro, o efeito mais relevante de uma fragmentação financeira prolongada seria, na avaliação da presidente da Fenaber, a perda de eficiência na transferência de riscos.

O primeiro reflexo poderia aparecer no preço do resseguro e no aumento das retenções pelas seguradoras. Em uma segunda etapa, poderiam surgir necessidade de capital adicional, redução de

limites e menor disponibilidade de determinadas coberturas complexas.

Isso não significa, necessariamente, falta absoluta de capacidade.

O Brasil continua sendo um mercado relevante, com uma economia diversificada, demanda por infraestrutura e amplo espaço para expansão da cobertura securitária. Além disso, justamente por operar internacionalmente, um ressegurador pode combinar riscos brasileiros com exposições de outras regiões, diluindo a volatilidade de sua carteira.

É essa lógica de diversificação que pode perder eficiência em um ambiente de maior fragmentação.

“Não se trata necessariamente de ausência de capacidade. Quanto maiores forem as barreiras à circulação de capital e riscos, menor será a eficiência desse modelo”, afirma Rafaela.

Uma agenda preventiva

A resposta do mercado, portanto, não depende apenas da capacidade financeira disponível. Envolve também preparação regulatória, qualidade de dados e gestão de capital.

Entre as medidas apontadas pela Fenaber estão a manutenção de um ambiente regulatório estável e compatível com a integração internacional, a preservação da pluralidade de resseguradores, o fortalecimento da modelagem de riscos climáticos e das análises de acumulação e o planejamento antecipado dos programas de resseguro.

Também ganham espaço mecanismos específicos para riscos de catástrofe, infraestrutura, agronegócio e riscos emergentes, combinando o resseguro tradicional com soluções complementares.

A gestão integrada de capital, liquidez, moedas e ativos e passivos passa igualmente a ser mais importante em um cenário de maior volatilidade dos fluxos financeiros.

A cooperação entre supervisores, seguradoras e resseguradoras também pode ajudar a reduzir divergências regulatórias e preservar a previsibilidade necessária às operações transfronteiriças.

Preservar a lógica internacional

A possível fragmentação financeira coloca o mercado de resseguros diante de uma contradição: justamente quando os riscos se tornam mais globais e interconectados, as condições para distribuí-los internacionalmente podem ficar mais restritas.

Para o Brasil, a questão assume importância adicional. Grandes projetos de infraestrutura, agronegócio, energia, indústria e tecnologia dependem de capacidade de seguros compatível com valores elevados e riscos cada vez mais complexos.

Nesse contexto, preservar o acesso a diferentes fontes de capital não é apenas uma questão de ampliar a oferta de resseguro. É também uma forma de manter a capacidade de distribuir perdas entre diferentes mercados, reduzir concentrações e dar suporte à expansão da atividade econômica.

“O desafio não é abandonar a integração internacional, mas protegê-la e adaptá-la”, resume Rafaela. “O resseguro é uma atividade essencialmente internacional porque permite que grandes perdas sejam diluídas por diferentes países.”

A fragmentação financeira, portanto, não representa apenas uma mudança na geografia dos fluxos de capital. Para o setor de seguros, pode significar uma alteração na própria arquitetura de transferência de riscos — com consequências sobre preço, capacidade, retenção e, em última instância, sobre a proteção disponível para empresas e investimentos.

Webinar da FenSeg debate seguro patrimonial e prevenção de catástrofes

Evento abordará estratégias para fortalecer a proteção diante das mudanças climáticas

A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, participa nesta quinta-feira, 8 de outubro, das 11h às 12h30, do webinar FenSeg sobre Seguro Patrimonial.

O encontro, que será transmitido pela plataforma Zoom, também contará com apresentação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, com foco em Prevenção e Resposta a Catástrofes.

Além da diretora da CNseg, participarão do webinar o diretor-executivo da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Danilo Silveira; e os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), Antonio Fernando Berto, Luciana Oliveira e Marcos Jorgino Blanco.

Em um cenário de mudanças climáticas e aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como enchentes, tempestades, secas e deslizamentos, o seguro patrimonial ganha ainda mais relevância como instrumento de proteção e resiliência. Além de contribuir para a recuperação de bens e atividades afetados por eventos adversos, o seguro pode estimular a adoção de medidas de prevenção e mitigação de riscos, fortalecendo a capacidade de empresas e da sociedade de se prepararem para os impactos das mudanças do clima.

Os interessados em acompanhar o webinar podem se inscrever **clicando aqui.**

Fonte: CNseg, em 07.10.2026